



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE
Décima Sexta Legislatura

Ofício CMV/SMO nº 0318/2018

11 3 JUN 2018


São Miguel do Oeste, 06 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
EUNÍCIO DE OLIVEIRA
Presidente do Senado
Brasília/DF

Senhor,
Encaminhamos a **MOÇÃO DE APELO Nº 037/2018**, de autoria do Vereador Cássio Augusto da Silva.

A proposição acima foi aprovada na Sessão Ordinária realizada em 05 de junho de 2018.

Atenciosamente,


Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE
Décima Sexta Legislatura

MOÇÃO DE APELO Nº 037/2018

CÁSSIO AUGUSTO DA SILVA, Vereador abaixo subscrito, com assento nesta Egrégia Corte Legislativa, após cumpridas todas as formalidades legais e regimentais e de consultar todos os órgãos competentes e deliberativos desta Casa, apresenta e REQUER para que a Mesa Diretora dê conhecimento e envie esta **MOÇÃO DE APELO** ao Ministro da Fazenda, Excelentíssimo Senhor **EDUARDO GUARDIA**; ao Presidente do Senado, Excelentíssimo Senhor **EUNÍCIO OLIVEIRA** (MDB-CE); ao Presidente da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor **RODRIGO MAIA** (DEM-RJ); ao Secretário da Receita Federal, Senhor **JORGE ANTONIO DEHER RACHID** e à **Bancada Catarinense de Senadores e Deputados**, versando sobre o seguinte:

PARA QUE SEJA FEITA A ATUALIZAÇÃO DA TABELA PROGRESSIVA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS (IRPF).

JUSTIFICATIVA

Avaliando que a tabela do Imposto de Renda acumula uma defasagem de 88,4%, e que não é reajustada desde 2015. Ainda que a falta de atualização da tabela trouxe, como consequência, a elevação automática da carga tributária das classes assalariadas.

Salienta-se que ao se apossar daquilo que não tem direito, o governo achata a renda do trabalhador, obriga-o a pagar mais imposto, dinheiro que poderia ser mais bem aplicado – na poupança, no aprimoramento da formação educacional e no consumo.

Tendo em vista que a faixa de isenção atual chega aos contribuintes que ganham até R\$ 1.903,98, corrigida livraria todo assalariado que ganha até R\$ 3.556,56 de reter imposto na fonte. Representa dizer que essa diferença de R\$ 1.652,58 pune as camadas de mais baixa renda.

Observando que não afeta somente o trabalhador de menor salário, mas todas as demais faixas, obrigando o contribuinte a pagar mais imposto de renda do que deveria, e piora a medida que os descontos permitidos no IR também são menores. O desconto por dependente, por exemplo, de R\$ 189,59/mês (R\$ 2.275,08 anual), deveria ser R\$ 357,19/mês (R\$ 4.286,28 anual). Com educação, se corrigido chegaria a R\$ 6.709,90, mas, pela tabela de 2017, o teto foi de R\$ 3.561,50.

Além disso, acompanhamos que tramita no Senado Federal Projeto de Lei nº 46/2018, de autoria do Senador Lasier Martins (PSD-RS), que determina uma atualização que valerá, caso o projeto seja aprovado, a partir de 2019. O projeto também coloca na lei a obrigação de se fazer um reajuste anual da tabela com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesta feita, manifesta-se para que seja feita a atualização da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), agilizando assim a tramitação do Projeto de



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SÃO MIGUEL DO OESTE
Décima Sexta Legislatura

Lei 46/2018, que propõe atualizar os valores de forma a eliminar a defasagem que se acumulou e estabelecer a revisão anual das faixas da tabela progressiva.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2018.

Cássio Augusto da Silva
Vereador (MDB)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 5 de julho de 2018.

Senhor Cláudio José Barp, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste – SC,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício CMV/SMO nº 0318/2018 de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Assuntos Econômicos** do Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2018, que *“Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para prever a alteração da tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e das deduções aplicáveis à base de cálculo do imposto.”*.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa